

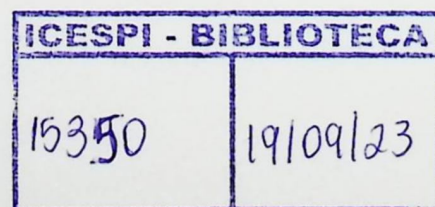
INSTITUTO CATÓLICO DE ESTUDOS SUPERIORES DO PIAUÍ
LICENCIATURA EM FILOSOFIA

JOSÉ WILLIAN PALMEIRA DA ROCHA

ANÁLISE METAFÍSICA ACERCA DE DEUS EM RENÉ DESCARTES

TERESINA

2022



JOSÉ WILLIAN PALMEIRA DA ROCHA

ANÁLISE METAFÍSICA ACERCA DE DEUS EM RENÉ DESCARTES

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Filosofia do Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí para obtenção do título de Licenciado em Filosofia, sob a orientação do Prof. Me. Pe. Cristiano Batista de Moraes.

TERESINA

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

Rocha, José Willian Palmeira da

R672a Análise metafísica acerca de Deus em René Descartes. / José Willian Palmeira da Rocha. - 2022.
48 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Instituto Católico de Estudos Superiores - ICESPI, Curso de Licenciatura em Filosofia, Teresina, 2022.

Orientador : Prof. Me. Pe. Cristiano Batista de Moraes.

1. Conhecimento 2. dúvida 3. Deus 4. René Descartes I. Título.

CDD – 100

Elaborado por Ana Paula Ribeiro da Silva CRB- 3/1704

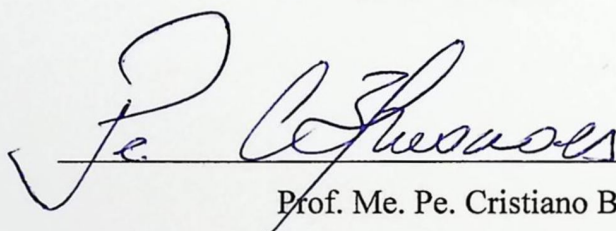
JOSÉ WILLIAN PALMEIRA DA ROCHA

ANÁLISE METAFÍSICA ACERCA DE DEUS EM RENÉ DESCARTES

INSTITUTO CATÓLICO DE ESTUDOS SUPERIORES DO PIAUÍ

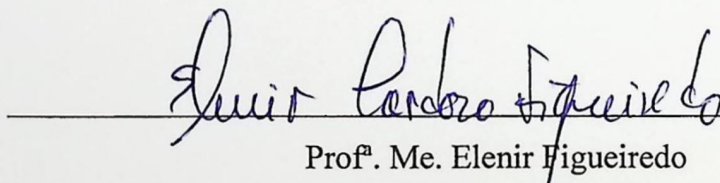
Curso de Licenciatura em Filosofia

Data de aprovação: ____ de ____ de 2022



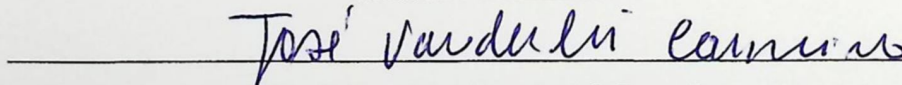
Prof. Me. Pe. Cristiano Batista de Moraes

Orientador



Profª. Me. Elenir Figueiredo

Primeiro examinador



Profº. Dr. José Vanderlei Carneiro

Segundo examinador

AGRADECIMENTOS

Dedico este laborioso trabalho científico a Deus, Pai das Misericórdias, origem e ápice de todas as coisas; a Doce Mãe Aparecida e a ditosa Santa Teresinha das Rosas.

À Diocese de Florianópolis, na pessoa do Senhor Bispo Dom Edivalter Andrade.

Aos meus diletos Formadores, a quem nomeio em nome de todos: Pe. Anderson Fábio e ao meu orientador Pe. Cristiano Batista de Moraes.

Aos meus irmãos e amigos seminaristas, parceiros na caminhada formativa, presentes no desenvolvimento da dimensão intelectual ao longo desses anos.

Por último, presto infindável gratidão aos que usam da boa vontade para colaborar com o seminário, propiciando a mim e a tantos outros uma oportunidade de ser formado.

AGRADECIMENTOS

Escasso seria o trabalho se não houvesse motivos para agradecer. Longe de qualquer romantismo, livre de qualquer melancolia, agradecer é um atributo que acompanha a natureza de quem sente com o coração, daquele e daquela que não conseguiu conter a alegria e saiu gritando pelas ruas, daquele último entre os dez curados que regressou para agradecer pela dádiva da saúde.

Na direção do infinito, para que sejam conservadas nos anais da eternidade, assim escrevo: os sorrisos e as palavras, as expressões e gestos, os pensamentos e atos, todo detalhe é válido quando se consegue reconhecer no outro ou em algo um motivo para ser grato.

Deus é o alvo primeiro do meu agradecimento, a quem louvo pelo governo da minha mente, bem como pelo socorro que tem me dado nos momentos de aflição; sigo elevando ao céu uma prece de gratidão ao trono da Mãe Maria, Doce Imperatriz Aparecida das Águas, estendendo o meu reconhecimento aos Santos e Santas que por mim intercedem, especialmente a Padroeira do meu chão, Santa Teresinha do Menino Jesus.

Após invocar o céu como destinatário da minha gratidão, quero agradecer as pessoas que passaram pela minha trajetória de vida, principalmente a minha Mãe, que hoje ocupa a mansão dos eleitos de Deus. Sei que na alturas daquilo que não vejo com os olhos carnis, lá está ela a torcer e celebrar comigo a conclusão dessa Monografia.

Não estendendo-me para não ousar esquecer-me dos tantos nomes que marcam a minha rotina, os que estiveram comigo no passado e presentes estão até hoje, quero somente agradecer, atingindo assim o coração de cada uma dessas pessoas.

A primeira parte do livro trata da natureza humana e da alma do homem, e da sua relação com o corpo. A segunda parte trata da natureza da matéria e da extensão, e da sua relação com o movimento. A terceira parte trata da natureza da luz e da visão, e da sua relação com o conhecimento. A quarta parte trata da natureza da música e da harmonia, e da sua relação com a alma. A quinta parte trata da natureza da matemática e da geometria, e da sua relação com a razão. A sexta parte trata da natureza da filosofia e da ética, e da sua relação com a vida. A sétima parte trata da natureza da política e da sociedade, e da sua relação com a ordem. A oitava parte trata da natureza da religião e da fé, e da sua relação com a verdade. A nona parte trata da natureza da ciência e do conhecimento, e da sua relação com a sabedoria. A décima parte trata da natureza da arte e da cultura, e da sua relação com a beleza. A décima primeira parte trata da natureza da história e da memória, e da sua relação com o tempo. A décima segunda parte trata da natureza da linguagem e da comunicação, e da sua relação com a expressão. A décima terceira parte trata da natureza da arte e da ciência, e da sua relação com a verdade. A décima quarta parte trata da natureza da filosofia e da ética, e da sua relação com a vida. A décima quinta parte trata da natureza da política e da sociedade, e da sua relação com a ordem. A décima sexta parte trata da natureza da religião e da fé, e da sua relação com a verdade. A décima sétima parte trata da natureza da ciência e do conhecimento, e da sua relação com a sabedoria. A décima oitava parte trata da natureza da arte e da cultura, e da sua relação com a beleza. A décima nona parte trata da natureza da história e da memória, e da sua relação com o tempo. A vigésima parte trata da natureza da linguagem e da comunicação, e da sua relação com a expressão.

PALAVRAS-CHAVE: Conhecimento, De, do, Deus, Filosofia

“Se você for uma pessoa que busca realmente a verdade, é necessário que ao menos uma vez na vida duvide de todas as coisas, da maneira mais profunda possível.”
(René Descartes)

RESUMO

A presente monografia tem como objetivo apresentar a temática de Deus a partir do percurso teórico de Descartes, através da questão da dúvida, da verificação do Cogito e, por fim, com as provas da existência divina, tomando por base as meditações cartesianas. A obra *Meditações Metafísicas* é o referencial na construção desse trabalho. A referida obra consiste em apresentar os meios possíveis para o alcance do conhecimento racional e verídico acerca de Deus. Para tal, procurou-se organizar essa monografia em três capítulos, a saber: no primeiro, é feita a explanação do método da dúvida, onde Descartes põe em cheque todo o conhecimento que até então julgava verdadeiro; no segundo momento, segue-se com a radicalização da dúvida, onde o autor passa a buscar o que de fato era considerado um conhecimento. Nesse itinerário, Descartes vai de encontro com a ideia de um gênio maligno, quer dizer, a figura de um Deus enganador, levando-o a descoberta do Cogito, simbolizado na clássica sentença: “penso logo existo”. Trata-se portanto da primeira verdade conquistada, adquirida racionalmente. Usando de alegorias, o autor dá o exemplo da cera, um argumento que possibilitou comprovar que o espírito humano é mais maleável no conhecer que as substâncias materiais. Por fim, no último capítulo, toma-se o cerne da questão: a existência de Deus fundamentada em provas. No término, é demonstrada a eficácia dessas provas na elaboração de uma ideia de Deus como a origem da própria ideia que se tem dele, respaldando-se nos atributos que lhes são próprios: infinito, perfeito e motivo para tudo quanto existe no mundo.

PALAVRAS-CHAVE: Conhecimento. Dúvida. Deus. Pensamento

ABSTRACT

The present monograph aims to present the theme of God from the theoretical path of Descartes, through the question of doubt, the verification of the Cogito and, finally, with the proofs of divine existence, based on Cartesian meditations. The work *Metaphysical Meditations* is the reference in the construction of this work. This work consists of presenting the possible means to reach rational and truthful knowledge about God. To this end, we tried to organize this monograph into three chapters, namely: in the first, the method of doubt is explained, in which Descartes puts in check all the knowledge that until then he considered true; in the second moment, it follows with the radicalization of doubt, where the author starts to seek what was in fact considered knowledge. In this itinerary, Descartes goes against the idea of an evil genius, that is, the figure of a deceiving God, leading him to the discovery of the Cogito, symbolized in the classic sentence: "I think therefore I am". It is therefore the first truth conquered, rationally acquired. Using allegories, the author gives the example of wax, an argument that made it possible to prove that the human spirit is more malleable in knowing than material substances. Finally, in the last chapter, the crux of the matter is taken up: the existence of God based on evidence. In the end, the effectiveness of these tests is demonstrated in the elaboration of an idea of God as the origin of the very idea that one has of him, based on the attributes that are proper to them: infinite, perfect and reason for everything that exists in the world.

KEYWORDS: Knowledge. Doubt. God. Thought.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	O PAPEL DA DÚVIDA NA TEORIA CARTESIANA.....	12
2.1	O argumento dos sentidos e do sonho na questão da dúvida.....	16
2.2	O Deus enganador e o Gênio maligno.....	19
3	A DÚVIDA E O COGITO.....	23
3.1	O argumento da Cera.....	27
3.2	A questão de Deus no argumento cartesiano.....	29
4	AS PROVAS DA EXISTÊNCIA DE DEUS.....	32
4.1	A prova das Ideias.....	34
4.2	A prova Cosmológica.....	36
4.3	A prova Ontológica.....	39
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
	REFERÊNCIAS	47

1 INTRODUÇÃO

A obra *Meditações Metafísicas*, usada no desenvolvimento dessa pesquisa, constitui-se como a principal fonte para uma discussão de caráter epistemológico e metafísico. Aqui, Descartes sugere a reformulação da consistência do conhecimento humano, apoiando-se na comprovação racional da existência de Deus. A obra é distribuída em seis seções, ou seja, meditações. Assim sendo, desfrutando-se da dúvida constante, o autor aposta numa via lógica para apreender um indubitável conhecimento. Por isso, considera este pensador que a metafísica é, por excelência, a gênese de todo conhecimento.

Tem-se então como primeira característica marcante da filosofia cartesiana a estima pela racionalidade na tentativa de conceber o conhecimento. Partindo para a primeira Meditação, tem-se a recusa dos sentidos, uma vez que Descartes os considera como enganadores e, por isso, acabam acumulando ilusões no indivíduo. Constatado esse estado de sofisma no qual a pessoa está imergida, o pensador sugere a interrupção completa do que era garantido ser verdadeiro, deflagrando-se agora o advento da dúvida. Ainda na primeira Meditação, essa iniciativa terá como desfecho a radicalização do ato de duvidar, ao passo em que é introduzido a figura do gênio maligno, a prefiguração de um Deus que engana em tudo, inclusive quando na resolução de cálculos da matemática, considerada até então como o mais seguro fruto da inteligência. O fragmento a seguir reforça essa apresentação:

Mas há algum, não sei qual, enganador mui poderoso e mui ardiloso que emprega toda sua indústria em enganar-me sempre. Não há, pois, dúvida alguma de que sou, se ele me engana; e, por mais que me engane, não poderá jamais fazer com que eu nada seja, enquanto eu pensar ser alguma coisa. De sorte que, após ter pensado bastante nisto e de ter examinado cuidadosamente todas as coisas, cumpre enfim concluir e ter por constante que esta proposição, eu sou, eu existo, é necessariamente verdadeira todas as vezes que a enuncio ou que a concebo em meu espírito. (DESCARTES, 1973, p.100).

O juízo que se tinha do conhecimento cai por terra quando posto o método da dúvida. Com Descartes, as crenças foram totalmente suspensas e somente o pensamento resta como via natural para se acreditar em algo. O surgimento da clássica expressão "*cogito ergo sum*" desponta nesse momento como a única garantia da pessoa. Partindo da teoria da causa e efeito, inspirando-se na estratégia da geometria, o teórico aposta na chance de sair da substância pensante, transpondo-se até alcançar as substâncias compostas. Desse modo, a proposta cartesiana sugere demonstrar, através do influxo do espírito, uma ideia lógica da existência de Deus e todas as coisas que compõe o mundo. Trata-se de concordar na presença de algo que

está além da condição pensante do homem, algo externo que seja responsável pela sua existência.

À vista disso, norteado pelo tema “Análise metafísica acerca de deus em René Descartes”, pretende-se abordar a maneira na qual o mencionado filósofo demonstra a existência de Deus mediante o método da dúvida. No primeiro capítulo, aborda-se o processo de desenvolvimento da dúvida no corpo das *Meditações Metafísicas*, tendo em vista que o referido método é a porta de ingresso para a investigação dos conhecimentos vistos como dogmáticos do ponto de vista do questionamento, especialmente quando ligados ao viés da religião. Na época de Descartes, auge da humanização e da emancipação do pensamento, o procedimento da dúvida celebra a inauguração de um saber humano desprendido da tradição ou da imposição de outrem, passando a submetê-lo ao crivo da dúvida.

Adentrando no segundo capítulo, será aprofundado a respeito do encerramento do estágio de dúvida generalizada, dando origem ao Cogito. Vale recordar que a dúvida radicalizada aparece nas *Meditações* como aquele que aponta para a figura do Deus enganador e do Gênio Maligno, ambos fugazes em indagar até a matemática. De acordo com Descartes, mesmo se Deus viesse a enganá-lo, não permitiria que ele deixasse de ser aquilo que assegurava ser, como compreende-se na citação:

Descartes percebe que, se ele duvida de tudo, há algo que não lhe é possível duvidar, a saber, do fato de que está duvidando. Se ele duvida disso, pelo mesmo ato está duvidando. Desse fato Descartes conclui que ele não pode duvidar se não existir, e que, portanto, sua existência, como um duvidador, é absolutamente certa e indubitável. Ele não pode estar errado, portanto, acerca do fato de que o enunciado “Penso, logo existo!” é necessariamente verdadeiro todas as vezes que ele concebe ou declara. Com este enunciado Descartes acredita ter descoberto sua primeira verdade certa e indubitável. Ele existe todas as vezes que pensa, que duvida, que é enganado. (CHAVES, 2011, p.10).

Quanto ao terceiro capítulo, cujo título contempla as provas da existência de Deus trabalhadas na teoria cartesiana, destacam-se as duas provas, são elas: cosmológica e ontológica. Para começar, tem-se a prova cosmológica, onde Descartes abre a discussão a partir do princípio de causa e efeito, a fim de se chegar à conclusão da existência de Deus. Vale aludir que esse princípio já havia sido admitido por Santo Tomás de Aquino. Posteriormente, continua o autor com a explanação sobre a prova ontológica da existência de Deus, onde é verificada que, uma vez formulada e defendida a ideia que temos de Deus, automaticamente infere-se a sua existência.

2 O PAPEL DA DÚVIDA NA TEORIA CARTESIANA

É indiscutível afirmar que a dúvida desempenhou um importante papel no corpo da filosofia de Descartes, especialmente por se tratar de uma atuação metodológica, levando a criar bases para um novo conhecimento na metafísica, condicionando o conhecimento humano a uma profunda investigação. De igual maneira, a dúvida foi o recurso empreendido por Descartes para avaliar a si mesmo, defendendo que tudo o que pudesse está beirando dúvidas, não denotaria conhecimento, não poderia ser reconhecido como tal, estabelecendo-se como uma regra primordial, um critério de verdade. Como afirma Bertrand Russel:

Afim de ter uma base firme para a sua filosofia, resolve duvidar de tudo o que lhe seja possível duvidar. Como prevê que o processo possa levar algum tempo, decide, entretanto, regular sua conduta segundo as normas comumente admitidas; isto permitirá à sua mente sentir-se embaraçada das possíveis consequências de suas dúvidas em relação com a prática. (RUSSEL, 1977, p. 87)

Em o *"Discurso do Método"*, o autor narra como conseguiu chegar a determinadas conclusões, instigando aos do seu tempo para realizarem o mesmo. Resumidamente, Descartes viu que o conhecimento humano deve estar em constante processo de revisão, abrangendo toda a sua constituição, levando em conta que todo o conhecimento produzido não poderia ser tratado como sumamente verdadeiro. Quanto ao porquê dessa insegurança, quer dizer, os motivos para não creditar o conhecimento, está o dilema da diversidade de noções que repousa sobre determinando assunto ou coisa, uma multiplicidade de opiniões que é modificada de acordo com o tempo e o espaço. Salienta-se que não há preferencialidade de opinião, ou seja, não se é filtrado quem conseguiu melhor empreender um conhecimento específico, o que levaria ao equívoco de julgar quem estaria mais correto em relação a determinado tema, isto é, ocorreria o nivelamento do conhecimento. Todavia, Descartes oferece uma outra visão:

A diversidade de nossas opiniões não decorre de uns serem mais razoáveis que os outros, mas somente de que conduzimos nossos pensamentos por diversas vias e não consideramos as mesmas coisas. Pois não basta ter o espírito bom, mas o principal é aplicá-lo bem. (DESCARTES, 1996, p. 5).

Desta forma, Descartes apela para o método da dúvida como uma via para apreender um conhecimento que fosse de fato verdadeiro. A dúvida assume a posição de princípio da sabedoria, quer dizer, o fundamento do pensamento humano. Em suma, pode-se dizer que o desempenho da dúvida é que racionaliza o ser pensante, tendo em mente que o seu mecanismo

está na concordância e oposição de ideias, característica que é própria do pensamento humano. Na obra *Discurso do Método*, o autor evidencia esse objetivo: duvidar para conquistar um conhecimento verídico, apoiando-se num método que possa racionalizar esse intento. O método e suas partes estão sucintamente organizadas da seguinte maneira: tem-se o critério da evidência ou indubitabilidade: aderir a verdade apenas do que for claro e distinto; realizar a análise: dividir o problema até as suas partes mais simples; continua com o procedimento de composição: seguir a ordem dos conhecimentos simples aos compostos; finda-se com o procedimento de enumerações: fazer revisões gerais de modo a nada omitir.

O método da dúvida não é exclusivista, mas tudo abrange como propenso a ser duvidado, para só assim obter a verdade. O primeiro passo é duvidar de tudo, não podendo haver precipitação de juízo no que toca ao erro ou acerto de determinado assunto, devendo esperar a execução do método. Compromissado em duvidar sobre tudo, Descartes aceitará somente aquilo onde a dúvida não conseguir aplicabilidade. Nota-se com isso a transparência do autor, traduzido no princípio da clareza e distinção, isto é: não são aceitas noções antecipadas, prejulgamentos, não escuta meras opiniões, ou seja, procura apurar a procedência, a fim de que se prove a evidência dos fatos. A dúvida é um divisor de águas na linha do tempo da filosofia, conforme afirma o fragmento:

A dúvida é uma atitude que contribui para o surgimento do pensamento filosófico moderno. Neste comportamento, a verdade é atingida através da supressão provisória de todo conhecimento, que passa a ser considerado como mera opinião. A dúvida metódica aguça o espírito crítico próprio da Filosofia. (BORNHEIM, 1970, p. 11.).

Partindo para a obra *Meditações Metafísicas*, fundamentando o seu método, Descartes descreve o seguinte na sua primeira meditação: Agora, pois, que meu espírito está livre de todos os cuidados, e que me proporcionei um repouso assegurado numa aprazível solidão, aplicar-me-ei seriamente e com liberdade em destruir em geral todas as minhas antigas opiniões. (DESCARTES, 2011, p.30). A iniciativa primeira desse pensador foi esvaziar-se do orgulho da falsa ideia de saber, tornando árido o terreno da inteligência, esperando que ele fosse preenchido com verdades absolutas e julgadas pelo método. Para tal:

O filósofo tem como ponto de partida a busca de uma verdade primeira que não possa ser posta em dúvida; por isso, converte a dúvida em método. Começa duvidando de tudo, das afirmações do senso comum, dos argumentos da autoridade, do testemunho dos sentidos, das informações da consciência, das verdades deduzidas pelo raciocínio, da realidade do mundo exterior e da realidade de seu próprio corpo (ARANHA, 2003, p.131)

Tendo consciência do eu pensante, isto é, da existência do pensamento condição para a existência, Descartes defende o Cogito a partir da definição que faz do próprio indivíduo como aquela “substância cuja essência ou natureza é pensar, e que, para existir, não necessita de nenhum lugar nem depende de coisa alguma material”. Este eu é, pois, imaterial e se distingue do corpo, sendo, portanto, a alma, que, “mesmo se o corpo não existisse, ela não deixaria de ser tudo o que é”. (DESCARTES, 1996, p. 38-39). Essa inédita noção da pessoa vai na contramão da tradição dogmática da época de Descartes, cuja ideia de pessoa não compreendia o pensamento, tampouco a liberdade para expressá-lo.

Com a dúvida metódica, a validade dos conhecimentos foi também ordenada em epistemológica e ontológica. Essa distinção desponta igualmente em três categorias de substâncias e seres, a saber: a res cogitans (ser pensante), a res extensa (ser extenso) e a res infinita (ser infinito). Essa distinção corroborou com a aplicação do critério da clareza e distinção, pois estas uniriam as substâncias também distintas, por exemplo: A composição do ser humano é de uma combinação de pensamento e extensão, que substâncias distintas. Por isso, para se analisar a pessoa, faz-se necessário compreender cada uma dessas duas substâncias que o compõem, a fim de que depois se estude o processo de associação entre ambas. Essa tese contida nas *Meditações*, revela a existência de Deus, pois:

Deve existir efetivamente um corpo, e uma união desse corpo com onosso pensamento para que a sensação e o irracional que ele introduz em nós se encontrem explicados. Assim, a existência do mundo exterior se demonstra no sistema de Descartes por aplicação do princípio de causalidade ao conteúdo da nossa consciência, exatamente como é demonstrada inicialmente a existência de Deus. Mas vê-se ao mesmo tempo porque era necessário que a existência de Deus fosse demonstrada primeiro, pois a prova da existência do mundo dos corpos não seria concluído sem fazer a apelo à veracidade divina. (GILSON, 2005, p. 243).

Quanto ao dogmatismo mencionado, ele faz parte do contexto histórico do autor. Para uma compreensão das provas da existência de Deus na teoria cartesiana, vale mencionar que essa corrente de pensamento, juntamente com o ceticismo, exerceu influência no período da eclosão da filosofia moderna. No dogmatismo, tem-se com representante o legado jesuíta, a pedagogia da Companhia de Jesus na qual o próprio Descartes foi formado como aluno. No tocante ao ceticismo, o mesmo se apresentou na época em diversas categorias, a saber, sendo as mais conhecidas: ceticismo moderno e antigo. Descartes também se inspirou em alguns nomes que fazem parte dessa vertente, são eles: Pirro de Élis, Sexto Empírico, Michel de

Montaigne e Pierre Charron, nomes famosos do ceticismo e que influenciaram diretamente na produção dos escritos cartesianos.

Retornando a questão da dúvida no método cartesiano, objetivando fornecer um conhecimento que fosse de fato verdadeiro, é possível perceber que as *Meditações* não contemplam sobre o assunto em todo o decorrer da obra, mas a dúvida será levada como recurso temporário ao passo da suspensão dos conhecimentos postos a sua investigação, advindos do senso comum e também através da manifestação dos sentidos, a fim de que seja estabelecida a verdade primeira. Isso significa que, apesar de estar filiado ao legado do ceticismo, o autor não adere a tese de que o conhecimento é inatingível por parte do ser humano, sendo este incapaz de apreender a verdade pronta e definitiva. Do contrário, o ceticismo é trabalhado como etapa da metodologia, uma das fases da obtenção da verdade indubitável e definitiva.

Já foi dito que a dúvida é o primeiro mecanismo do método de Descartes, bem como exerce um papel de caráter metodológico, levando em consideração que pretende extrair um fundamento racionalista, essencial para que surja um conhecimento estruturado na verdade. Por isso, vale aludir o conceito filosófico do termo dúvida, a fim de que se evite associá-la a um capricho do autor em negar por negar, isto é, agir com parcialidade. Mediante o que oferece o dicionário de Filosofia Abbagnano:

Um estado subjetivo de incerteza, ou seja, uma crença ou opinião não suficientemente determinada, ou a hesitação em escolher entre a asserção da afirmação e a asserção da negação: na situação objetiva de indeterminação ou a problematidade de uma situação: seu caráter de indecisão em relação ao possível êxito ou à possível solução. (ABBAGNANO, 1990, p. 296).

A execução do procedimento da dúvida como método da epistemologia, com vista para a apreensão da ideia de Deus, é imprescindivelmente um fator central no pensamento moderno, modificando todo o percurso da ciência. Sabe-se que a inclusão de um novo pensamento faz com que aquilo que o precede, por exemplo, as tradições, costumes e dogmas, sejam descartadas, criando um cenário de estaca zero para se construir um novo saber. Uma vez desassociada do senso comum, a ciência também proporrá sua versão acerca de Deus, ao passo de refutar e confirmar suas hipóteses. Essa dualidade na postura sistemática da ciência é o que caracteriza a teoria cartesiana, certo que a ação de duvidar é quem propiciará de fato conhecer, fora da tradição, a Deus.

2.1 O argumento dos sentidos e do sonho na questão da dúvida

No tópico anterior, foi defendida a ideia de que a dúvida metódica é imprescindível para o descobrimento de algo novo na esfera científica, mas principalmente no conhecimento humano, seja através do campo de ciências aplicadas ou no que concerne a metafísica. Assim sendo, a dúvida empreendida por Descartes reformulou a noção estagnada que se tinha acerca da epistemologia. E quanto aos seus aspectos, já está esclarecido o caráter de universalidade que a dúvida possui, ou seja, ela abrange a todo e qualquer tipo de conhecimento, contemplando o senso comum e a própria filosofia. A proposta do autor eclode num período da efervescência de correntes que buscavam unânimes o estabelecimento da verdade indubitável.

Todas as vertentes buscam no fim das contas fundamentar um conhecimento que possa estar desvinculado da antiga tradição filosófica, tão emergentes na época de Descartes. O objetivo do pensador é então construir uma metafísica que esteja alicerçada em um conhecimento verdadeiro, isento da dúvida. Não se trata porém de ousar refutar toda espécie de conhecimento, uma vez que seria infinita esta atividade. O que ele sugere é tratar de um formato diferente de se conceber o conhecimento.

Destarte, para que este novo conhecimento seja fundamentado, tem-se que começar questionando os princípios. Aqui começa-se falar a respeito dos sentidos humanos, aludindo a concepção da vertente cética que o define como sendo enganador e insuficiente para o homem atingir a verdade sobre as coisas. Por outro lado, Descartes entende que a maioria do conhecimento que se acumula no indivíduo é resultado da atuação dos sentidos humano, à medida que recorda a ocasião em que fora enganado por ele, como vê-se nesse trecho da sua Primeira Meditação:

Tudo o que recebi, até presente como o mais verdadeiro e seguro, o aprendi-o dos sentidos ou pelos sentidos: ora, algumas vezes experimentei que tais sentidos eram enganadores, e é de prudência jamais confiar inteiramente naqueles que uma vês nos enganaram. (DESCARTES, 2011, P.31).

Quanto ao objetivo, o argumento dos sentidos está dedicado me apresentar a relação das percepções com as coisas que existem materialmente. Descartes chega à conclusão de que os sentidos humanos tendem a enganar ou se acham confusos. Posto isso, o autor mostra que, para se conquistar um conhecimento de cunho verdadeiro e indubitável, é preciso basear o saber em princípios que não estejam ameaçados pela dúvida, o caso dos sentidos. Na prerrogativa de redesenhar a estrutura do saber humano, o pensador deseja anular todo conhecimento que até o

momento estava acumulado em si mesmo, a fim de que seja aberto espaço para uma epistemologia baseada no campo científico e assim poder fundamentar a metafísica através de um conhecimento verdadeiro. Na obra *Discurso do Método*, esse objetivo está evidenciado no seguinte trecho:

Assim meu propósito não é ensinar aqui o método que cada um deve seguir para bem-conduzir sua razão, mas apenas mostrar de que maneira conduzi a minha. Os que se metem a dar preceitos, devem se julgar mais hábeis que aqueles a quem os dão; e, se falham na menor coisa, merecem ser criticados. (DESCARTES, 2009, p.39).

Descartes toma consciência da falsidade dos sentidos, ou seja, das equivocadas ideias que deles provém. O teórico chama a atenção para a consistência das ideias que envolvem os sentidos, quer dizer, ele toma o conteúdo e passa a problematizá-lo quanto a sua improvável autenticidade. Para alegar, Descartes apresenta uma série de motivos que devem afastar o homem da crença nos sentidos, julgando-os indignos de serem uma fonte confiável de conhecimento no campo científico. Essa refutação é organizada em dois momentos, a saber: na defesa da incoerência dos enunciados que são amparados na percepções em relação as características das coisas.

Para demonstrar o dilema dos sentidos, pode-se exemplificar o caso do automóvel: ao longe, o indivíduo pode percebê-lo na cor vermelha e em tamanho pequeno, mas quando está se aproximando do veículo, acaba percebendo que a sua cor é laranja e o seu tamanho é grande. Essa demonstração comprova o quanto os sentidos podem fornecer informações imprecisas no cotidiano de uma pessoa. O próprio Descartes passou por situação semelhante: Quantas vezes aconteceu-me sonhar à noite que estava neste lugar, que estava vestido, que estava junto ao fogo, embora estivesse todo nu em minha cama? (DESCARTES, 2011, p.32). Trata-se de dados e noções que acabam não correspondendo a realidade de determinada coisa, o que leva a crer que as qualidades constatadas não são verificadas pelo sentidos, ou seja, a cor e o tamanho do automóvel não foram constatados pelo influxo dos sentidos.

Sob outro enfoque, apesar da dúvida que permeia os sentidos acerca das qualidades das coisas particulares, essa dúvida não deve contemplar no que toca a existência dessas coisas sensíveis. Ou seja, o que os sentidos concedem para demonstrar a existência de uma determinada coisa, e não as suas qualidades, devem ser levados em conta, pois a noção de existência não varia como aconteceu na exemplo das características do automóvel, onde a

primeira impressão levou a uma configuração totalmente diferente da esperada, cor e dimensões não eram as inicialmente ditas.

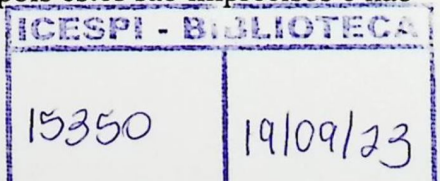
Á vista disso, Descarte parte para o segundo argumento que tratará daquilo que provém dos sentidos, o conhecimento sobre a existência das coisas, também chamado de argumento dos sonhos. Duvidando da atuação dos sentidos, o teórico prossegue com método e investiga o sonho. Através desse argumento dos sonhos, Descartes sugere que tudo aquilo que fosse tratado como evidência da existência, a começar pela sua, quer dizer, a substância corpórea, indagando que essa certeza poderia ser meramente um momento de adormecido, a predominância de um sonho. Na obra *Meditações Metafísicas*, quando apresenta essa hipótese de os sonhos serem também enganosos como os sentidos, assim descreve:

Porém, meditando diligentemente sobre isso, recordo-me de haver sido muitas vezes enganado, quando dormia, por ilusões análogas. E, persistindo nesta meditação, percebo tão claramente que não existem quaisquer indícios categóricos, nem sinais bastante seguros por meio dos quais se possa fazer uma nítida distinção entre a vigília e o sono, que me sinto completamente assombrado: e meu assombro é tanto que quase me convence de que estou dormindo. (DESCARTES, 2000, p. 251).

De acordo com esse argumento, não há evidência fortes que levem o indivíduo a separar aquelas percepções tidas acordado com aquelas percepções tidas no sonho. O que se pode assegurar é que, as percepções originárias do sonho não intervêm na existência das coisas percebidas. Por outro ângulo, também aqui o assunto é confuso, pois se o sonho e a vigília não se distinguem em matéria de percepções, não é possível garantir estar acordado leve a concluir pela existência das coisas. Em outras palavras: seja no sonho ou acordado, o que se sente concorre igualmente para ser real.

Essas duas dimensões são dois mundos por onde o homem transita, onde segundo o pensador: “as coisas que são representadas durante o sono são como quadros e pinturas, que só podem ser formados à semelhança de alguma coisa real e verdadeira”. (DESCARTES (2000, p. 251). Portanto, surge o problema de diferenciação que, de acordo com Descartes, por não haver critérios de distinção, impede que as percepções tidas nos dois estado mencionados, onde o sonho conflita com a realidade: o que se sonha é semelhante ao que se apresenta acordado, e vice-versa. Se por um lado considerar que a matéria do sonho não existe, automaticamente seria dito que a matéria da vigília também seria inexistente.

O afimco do argumento dos sonhos está em reforçar a ideia de que o conhecimento não pode ser baseado naquilo que provém dos sentidos do homem, pois estes são imprecisos e não



conseguem sustentar uma certeza sequer. Quando estabelecida uma dúvida, ou seja, é deflagrada uma situação de hipótese, uma coisa pode vir a se apresentar de uma forma, mas na verdade pode ou não ser desta forma prevista. Se colocada numa cronologia, as grandes transformações do mundo decorreram da instauração de um processo de dúvida que atingiu as mais absolutas instâncias da verdade, por exemplo, o dogmatismo católico da idade média. Através do esforço de muitos, inclusive Descartes, foram desenvolvidos métodos que levaram a desconstrução de verdades intocáveis do ponto vista filosófico e científico.

Diante das razões para contestar o sentidos como uma fonte de conhecimento, Descartes não numa mera negação da experiência empírica, quer dizer, não age casualmente, mas replica a legitimidade desses sentidos numa esfera cognitiva. Em síntese, o argumento dos sonhos suspende todo o conhecimento, restando apenas a matemática como possivelmente confiável. Essa valoração das ciências exatas se dá pelo fato de estarem independentes desse mundo e de qualquer outra dimensão, inclusive a imaginária dos sonhos, o que denota a universalidade do mesmo. Entretanto, da mesma maneira, esse conteúdo matemático também não será dispensado de contestação no seu estado extremo, ou seja, na fase radical da dúvida.

2.2 O Deus enganador e o Gênio maligno

A questão do Deus Enganador e do Gênio Maligno começa com uma reflexão que Descartes realiza, percebendo que fora instruído desde criança para acreditar na existência de algo superior, responsável por sua existência e imensamente poderoso. O pensador em questão estende essa ideia quando julga que esse ser majestoso poderia influenciar na mente dos seus da maneira que quisesse, inclusive levando a acreditar em coisas inimagináveis. Por exemplo, induziria a pessoa a considera que um triângulo possua quatro lado, quando na verdade são três. Essa hipótese de um Deus ludibriador, todavia, é tomado por Descartes com inúmeras questões, a começar pela iminente contradição que se nela se verifica, situação exposta pelo próprio autor:

Contudo, faz muito tempo que conservo em meu espírito a opinião de que existe um Deus que tudo pode e por quem fui criado e produzido tal como sou. Mas quem me poderá garantir que esse deus não haja feito com que não exista terra alguma, céu algum, corpo extenso algum, figura alguma, grandeza alguma, lugar algum e que, apesar disso, eu possua os sentimentos de todas essas coisas e que tudo isso não me pareça existir de forma distinta daquela que eu vejo? (DESCARTES, 2000, p. 253).

Ora, se desde sempre Deus é definido como perfeitíssimo, seria absurdo dar-lhe um defeito, ou seja, defini-lo como enganador. Diante desse pressuposto, Descartes desenvolve um

outro recurso que substitui essa hipótese do Deus que ilude, apresentando agora a hipótese do Gênio Maligno. Quanto a este, conceitua-se como um mecanismo mental, onde é suspeitada a existência de um ser tão poderoso, mas perverso e que age como enganador, usando do seu próprio poderio para conduzir o indivíduo ao erro em tudo o possível. Apesar de não estar em conformidade com a noção de Descartes, Leopoldo e Silva exploram uma ideia de que o Gênio maligno supriria uma falta presente no Deus enganador quando afirma que:

Se tenho dificuldade em acreditar, ainda que apenas metodicamente, que Deus possa me enganar, escolho então supor que há um Gênio maligno que detém tal poder e o exerce quando penso nos seres matemáticos ou efetuo operações que correspondem a essa ciência. (LEOPOLDO E SILVA, 1993, p. 38).

Ao contrário de Deus, este ser chamado Gênio não se apoia numa dimensão moral, não está compromissado com o ideal de perfeição que só existe em Deus, fato que retira o estado de contradição que haveria se fosse considerada a ideia de Deus enquanto enganador. A hipótese do Gênio opera levando o homem a acreditar em diversas experiências, inculcar memórias do que nunca aconteceu, submergindo o intelecto num mar de ilusões. A execução do Gênio acaba tornando até as operações matemáticas como meros devaneios postos por ele. Em suma, a hipótese do Gênio, se não estiver superada, levará as crenças sensíveis e racionais ao plano quimérico. John Cottingham entende que o Gênio Maligno:

É um elemento artificial introduzido para auxiliar o meditador a persistir na suspensão de suas confortáveis crenças habituais. No que tange a seu escopo, a trama do gênio não vem impugnar qualquer crença que já não tenha sido posta em dúvida por argumento prévios; em vez disso ela reforça meu empenho em concentrar-me nas dúvidas que já foram estabelecidas. (COTTHINGHAM, 1943, p. 72).

A diferença entre o argumento do Deus Enganador e o Gênio Maligno reside na maneira na qual tomam a questão da dúvida. À medida em que o Deus Enganador contempla a dúvida sob o prisma da universalidade, ou seja, questionando todo tipo de conhecimento, justificado na premissa da incerteza que os preenchia, o Gênio Maligno julga que a dúvida é elemento que faz parte da natureza psicológica, um aspecto inerente a condição pensante, fazendo convencer que todo conhecimento obtido até então é passível de dúvida.

Tem-se então o Gênio Maligno como um artifício psicológico, onde Descartes reúne todas as crenças e as razões para duvidar delas, convertendo-as em crença na falsidade. Quer dizer, em vez duvidar diretamente, o indivíduo blinda o objeto da dúvida através da confirmação de sua falsidade, negando. Confirma-se a dúvida através da negação, como explica Forlin:

A operação de negação que se segue à dúvida não visa usurpar o lugar dela, mas, ao contrário, garantir-lhe o lugar: tomando voluntariamente o duvidoso como falso eu neutralizo meu hábito de tomar o provável como verdadeiro, e, assim, a dúvida, convertida em negação, surge novamente - como resultado direto do embate dessa negação voluntária com a aceitação “natural”. (FORLIN, 2004, p. 64).

Figurar Deus como um ser enganador é desfazer-se dos atributos que a ele é dado, tornando impossível a conciliação de sua bondade com a suposta postura maligna que viesse a corrompê-lo. Uma vez que este trabalho busca apresentar Deus na metafísica cartesiana, provando inclusive a existência do homem como fruto de sua perfeição, seria notória a contradição se ação de enganar fosse nele identificada, o que corresponderia dizer que também os indivíduos por ele criados são de igual modo imperfeitos. O Gênio Maligno aparece como artifício que toma o atributo de enganador, levando a pessoa humana confundir-se até nas coisas distintas e claras. Nesse contexto, assim Descartes substitui a equivocada versão de Deus: “Suporei, pois que há não um verdadeiro Deus, que é a soberana fonte da verdade, mas certo gênio maligno, não menos ardiloso e enganador do que poderoso, que empregou toda sua indústria em enganar-me”. (DESCARTES, 2011, p. 38).

Na epistemologia cartesiana, a hipótese do Gênio Maligno faz com que todos os conhecimentos sejam desfeitos, desde os mais simples até os mais complexos, aqueles que eram até então verdadeiros e indubitáveis. Ocorre então a radicalização da dúvida, levanta-se o questionamento: o que leva creditar que o Gênio Maligno não tenha atuado para que nada existisse, é o fato dele mesmo usar do seu poder para equivocar a todos sobre a existência de tudo o que existe, inclusive no que toca a existência corpórea. Por isso, a contestação generalizada passa a acontecer, pois tudo é suspeito.

A formulação da hipótese do Gênio Maligno levou a suspensão imediata do juízo que se tinha na organização do conhecimento humano na época de René Pascal, retorna-se agora ao estaca zero, nada detém certeza absoluta. Através do argumento do Gênio Maligno, o espírito está livre e uma filosofia racionalista passa a preenchê-lo a partir do influxo da dúvida. O argumento do Gênio Maligno é o desfecho da Primeira Meditação Cartesiana, unindo-se as demais fases da dúvida.

Com o Gênio Maligno, a dúvida ultrapassa os limites da lógica e ganha espaço na dimensão psicológica do indivíduo, onde Descartes aponta que a pessoa humana é propícia ao autoengano, influenciada pela força desse Gênio. Nas *Meditações*, esse artifício é temporal,

pois sua utilidade está na etapa de radicalidade da dúvida, sendo este necessário para na medida em que representa o limite último da dúvida e aquele obstáculo mais desafiador para ser ultrapassado, o qual apenas o *Cogito* consegue ultrapassar por sua evidência e indubitabilidade.

3. A DÚVIDA E O COGITO

Nas Meditações Cartesianas, a dúvida ainda é o recurso principal para a obtenção do verdadeiro e indubitável conhecimento. Neste capítulo, será contemplada a Segunda Meditação, dando continuidade as tratativas da Primeira Meditação, onde tem-se a universalização da dúvida. Em linhas gerais, o pensador suspendeu os juízos existentes, introduziu a figura do Deus Enganador, desencadeou a ideia do Gênio Maligno, o que corroborou para que a dúvida atingisse um estado de radicalização constante, sujeitando a existência do mundo, as substâncias e os sentidos humanos ao crivo da dúvida, convidando o indivíduo para uma reflexão sobre como seria viver sem essas coisas. Assim sendo, este capítulo será dedicado a apresentar o percurso de Descartes para o descobrimento da primeira verdade, o primeiro conhecimento indubitável que parte das suas Meditações: o Cogito.

Enquanto a Primeira Meditação esteve esforçada na interrupção dos conhecimentos até então vistos como verdadeiros, ou seja, na suspensão dos juízos que baseavam as ideias, inclusive aquelas que abrangiam a matemática, a Segunda Meditação estará concentrada na revelação de três conhecimentos: o primeiro será a afirmativa de que, para ser enganado é preciso estar existindo, o que denota que para duvidar também exige a existência de quem vai praticar este ato. No segundo conhecimento, tem-se que o ser que se apresenta como aquele que duvida, é um conhecimento que independe do conhecimento corporal. Assim, uma vez que o seu conhecimento antecede a dimensão corpórea, torna-se mais fácil conhecer a si mesmo do que o conhecimento corporal, sendo este o terceiro na escala. Elencando os motivos que leva a duvidar e apontando a hipótese do Gênio Maligno, Descartes passa contestar, conforme está contido no fragmento:

Não há pois dúvida alguma de que sou, se ele me engana; e por mais que me engane, não poderá jamais fazer com que eu nada seja, enquanto eu pensar ser alguma coisa. De sorte que, após ter pensado bastante nisto e de ter examinado cuidadosamente todas as coisas, cumpre enfim concluir e ter por constante que esta proposição, eu sou, eu existo, é necessariamente verdadeira, todas as vezes que a enuncio ou que a concebo em meu espírito. (DESCARTES, 1973. p.100).

Então, conforme a citação de Descartes, já se tem a consciência da existência de um Eu. Todavia, não sabe o que é este Eu, mas sabe-se que ele existe. A primeira indagação que surge no tocante a dúvida é: o que o Eu e o que ele é à medida em que duvida das coisas. Para se chegar à existência do Cogito, foi preciso uma análise criteriosa do pensamento, pois este se

encontrava repleto de ideias que Descartes afirmou ter recebido por intermédio dos sentidos humanos. Porém, Descartes julgava que estas ideias não faziam parte do seu próprio ser, pois acreditava na existência de algum gênio maligno que lhe fazia enganar até mesmo sobre as coisas que julgava existentes no mundo e até mesmo sobre seu próprio corpo que Descartes julgava conhecer antes com distinção e clareza. De uma dúvida mais tenaz, nasce agora a certeza mais indubitável e verdadeira.

A ideia que existe o Cogito é resultado de uma investigação minuciosa do pensamento. Quanto ao pensamento, ele foi achado por Descartes cheio de ideias, advindos dos sentidos humanos. Entretanto, o pensador julgava que essas ideias não eram constitutivas do ser, alegando a existência de gênio maligno que conduzia a pessoa a se enganar até sobre coisas óbvias existentes no mundo, o que inclui até a própria dimensão corpórea, definida como a mais clara e distinta coisa a ser conhecida. Se havia apenas alguns focos de dúvida, agora ela contempla a tudo.

Observando o dinâmica do pensamento, Descartes chega à conclusão de que ele é uma característica que nunca estará desvinculada do ser, pois é o pensamento quem dará sentido a existência. Por isso, pensar é o mesmo quer dizer existir; esta é a primeira verdade que se extrai das Meditações. Depois que o método da dúvida já havia feito um arrastão no portfólio de crenças, tornando ausente toda e qualquer tentativa de manifestação, o Cogito escapa e é descoberto. Quando o Cogito desponta, não sinaliza que a dúvida esteja cessada, mas assinala que se trata de uma dúvida temporal e finita, tendo em vista que a metodologia cartesiana não estava intencionada na refutação de infinidade de teorias e opiniões, mas busca uma organização do pensamento através do estabelecimento de um parâmetro, ou seja, diretrizes gerais para o conhecimento.

Ao longo do estudo das Meditações, o Cogito ocupa o terceiro momento da virada epistemológica proposta por Descartes, sendo precedido pela concepção do Deus enganador e do Gênio maligno, para só assim a primeira verdade da razão surgir. Em conformidade com a opinião de Gueroult, um dos mais notáveis comentadores da filosofia de Descartes, propõe que o nascimento do Cogito partiu da dúvida. De acordo com o esse comentador:

O Cogito, pelo qual meu entendimento restabelece no seio da dúvida universal um ponto firme, inabalável frente à ficção do Gênio maligno, coloca, conforme a ordem, a razão primeira que, finalizando a cadeia das incertezas, comanda aquela das certezas. Esta primeira certeza, confinada em si mesma, não destrói de maneira nenhuma a dúvida universal fora dela; o que ela faz é introduzir uma exceção a esta dúvida. Exceção de fato, uma vez que a dúvida universal, fundada sobre o Gênio maligno, subsiste de direito; e, entretanto,

também necessária, uma vez que somos constrangidos a conceber que o que neste caso específico, constatamos que não pode ser de outro modo que não este. Por esta necessidade é atestado seu caráter racional. (GUEROULT, 2016, p. 59).

Inédito, o Cogito é a primeira verdade que não é superada pelo método da dúvida, contemplando exclusivamente a noção de existência, apresentando-se sem embaraços para a compressão, como acontece nos cálculos matemáticos, estes restritos apenas a dimensão das ideias, podendo estarem apenas no ser. Do contrário, o Cogito é concebido como verdade a partir do espírito em Descartes, sendo desenvolvido através da execução dos atos de pensar e duvidar.

E, tendo notado que nada há no eu penso, logo existo, que me assegure de que digo a verdade, exceto que vejo muito claramente que, para pensar, é preciso existir, julguei poder tomar por regra geral que as coisas que concebemos mui clara e mui distintamente são todas verdadeiras, havendo apenas alguma dificuldade em notar bem quais são as que concebemos distintamente. (DESCARTES, 1973, p. 55).

O Cogito é uma vertente que aproxima a condição de existência e a condição de pensamento, estabelecendo uma relação de cunho intelectual, onde uma completa a outra, quer dizer: a necessidade de ambas é suprida entre si mesmas, onde a precisão para pensar evoca a existência, do mesmo modo em que estar existindo seja resultado do pensamento em atividade. Enquanto as verdades matemáticas investem em representações complexas, figuras e extensão, achadas apenas no pensamento universal, o Cogito é uma verdade que tem sua origem no próprio sujeito.

Por sua vez, o Cogito é um conhecimento seguro, pois leva a consciência de que é certo, tornando-se para o indivíduo uma verdade indispensável. Na visão de Battisti (2002), a organização da argumentação cartesiana dispõe de dois critérios de verdade. No primeiro, antecedendo a ideia da existência de Deus, desfruta de um grau de certeza subjetiva e está baseada na clareza e distinção do Cogito. Já no segundo critério, tem-se um grau de certeza objetiva, onde a existência de Deus é quem assegura essa certeza. Para melhor compressão, será abordado o primeiro critério.

Com o fim da dúvida a partir da descoberta do Cogito, originando a primeira verdade, estruturou-se então as bases do racionalismo de Descartes. Todavia, a novidade dessa primeira verdade necessitava da análise investigativa, submetendo-a ao trabalho dos geômetras, partindo da dedução para fabricar um raciocínio lógico. Com isso, o pensador pretende comprovar que

o Cogito é proveniente do puro pensamento, demonstrando a maneira na qual esse Cogito desponta nas Meditações. Para tal, ele pôs em confronto tudo aquilo que deliberou ser ele ao longo da sua existência, como assim descreve:

Porém, não conheço ainda com bastante clareza o que sou, eu que estou certo de que sou; de sorte que doravante cuidadosamente me guarde de tomar imprudentemente alguma outra coisa por mim, e assim equivocar-me neste conhecimento, que sustento ser mais certo e mais evidente do que todos os que tive anteriormente. (DESCARTES, 2011, p 43).

Tendo descoberto a sua existência em virtude da atividade pensante que permeia o seu ser, Descartes agora está empenhado em definir qual coisa ele pode ser, uma vez que a sua existência estaria restrita ao pensamento, este presente apenas no espírito. Nesse objetivo, o teórico faz uma retrospectiva daquilo que foi objeto de sua crença ao longo da vida, chegando aos seguintes resultados: ele acreditou ser um animal, também creu ser consequência da junção do corpo com a alma. Enfim, diante de todas essas suposições, Descartes não conseguiu sustentar nenhuma delas, uma vez que não tinha certeza nem sequer da existência de um corpo em si. Diante da variedade de ideias que apareceram ao longo de sua vida, apenas o pensamento não lhe era estranho, uma vez que era a única ação que sempre praticava, o que leva a defini-lo como algo inerente a sua natureza. Nesse dilema, contido na Segunda Meditação, o autor escreve:

Mas o que sou eu, portanto? Uma coisa que pensa. Que é uma coisa que pensa? Isto é uma coisa que duvida, que concebe, que afirma, que nega, que quer, que não quer, que imagina também e que sente. Por certo não é pouco se todas essas coisas pertencem a minha natureza. [...], pois é por si tão evidente que sou eu quem dúvida, quem entende e quem deseja que não é necessário nada acrescentar aqui para explica-lo. E tenho também certamente a potência de imaginar; pois, ainda que possa acontecer (como supus anteriormente), que as coisas que imagino não sejam verdadeiras, não obstante essa potência de imaginar não deixa, de estar realmente em mim e faz parte do meu pensamento. (DESCARTES, 2011, p 48).

Descartes torna claro que a primeira convicção de sua investigação foi apenas apresentar-se, conceituar a si mesmo como uma coisa pensante, uma manifestação de espírito que imagina e sente, afirma e nega. No tocante a imaginação, ele também associa a sua natureza, pertencendo ao seu pensamento. Segundo o autor, foi por meio da imaginação que foram concebidas as principais ideias, a saber: da constituição corpórea e também das demais coisas existentes. Apesar disso, elas se apresentam desconhecidas. Por isso, Descartes também passa

a desconfiar daquilo que é originado da imaginação, apesar da imaginação está na composição do seu ser. Para tal, desenvolve o argumento da cera, tópico a ser visto a seguir.

3.1 O argumento da Cera

A utilidade do exemplo do fragmento de cera, reside em demonstrar que aquilo que se manifesta clara e distintamente na noção de matéria ou corpo é na verdade a ideia de extensão e que, uma vez colocada diante da dúvida, só garante a sua certeza quando se afirma como uma modificação do pensamento, ou seja, sem tratar como uma natureza imutável e, com isso, independente do eu pensante. Esse argumento da cera propôs mostrar que é conhecido da cera e que é permitido ser identificado, são os atributos espaciais, ou seja, as características de tamanho e forma, como elenca Descartes no fragmento a seguir:

Comecemos pela consideração das coisas mais comuns e que acreditamos compreender mais distintamente, a saber, os corpos que tocamos e vemos. [...] tomemos, por exemplo, este pedaço de cera que acaba de ser tirado da colmeia: ele não perdeu ainda a doçura do mel que continha, retém ainda algo do aroma das flores de que foi recolhido; sua cor, sua figura, sua grandeza, são aparentes; é duro, é frio, tocamos-lo e, se nele batermos, produzirá algum som. Enfim, todas as coisas que podem distintamente fazer conhecer um corpo encontra-se neste. (DESCARTES, 2009, p 49-50).

Estando diante do pedaço de cera, o indivíduo o percebe e logo extrai alguns dos seus aspectos, tais como: gosto, cheiro, a fisionomia, o grau de temperatura em que se acha, ou seja, são acentuadas as qualidades que são próprias de uma cera. Contudo, o cerne da questão parte da seguinte premissa: uma vez posto no fogo, o pedaço de cera manifestará outras características, uma outra cor e odor, o pedaço será convertido para um estado diferente, sua temperatura será extremamente modificada, quer dizer, outras qualidades aparecem e que anteriormente não faziam parte do pedaço de cera. Diante disso, surge a indagação se o referido fragmento de cera ainda era mesmo. Aqui vale ressaltar que a epistemologia cartesiana está fundada na identidade.

O problema suscitado é esclarecer que nada o que antes era composição da cera, ou seja, seu estado antes de ser levada ao forno, nada será achado na cera de agora, pois não há semelhanças que permitam serem identificadas. Se as qualidades do pedaço de cera foram modificadas, perde-se com isso o fundamento da identidade defendido por Descartes. Esse exemplo é encaixado perfeitamente no dilema da imaginação. No terreno da imaginação

acontece a todo instante milhares de modificações, o que leva ao não estabelecimento da identidade.

A partir do exemplo da cera, Descartes começa a dar diretrizes ao seu racionalismo, pois acredita que o exemplo da cera pode representar a ideia que temos dos corpos. Com este experimento simples, Descartes nos confronta a questionar o que de fato é conhecido por nós distintamente quando falamos sobre a percepção dos corpos, pois acredita que só através de uma inspeção do espírito, somos capazes de compreender o que podemos conhecer das coisas materiais. Segue-se o experimento com a seguinte argumentação:

Mas eis que, enquanto falo, é aproximado do fogo; o que nele restava de sabor exala-se, o aroma esvanece, sua cor se modifica, sua figura perde, sua grandeza aumenta, ele torna-se líquido, esquentando-se, mal o podemos tocar e, embora nele batamos, nenhum som produzirá. Permanece a mesma cera depois dessa mudança? Cumpre confessar que permanece: e ninguém o pode negar. Então, o que se conhecia com tanta distinção nesse pedaço de cera? Certamente não pode ser nada de tudo o que notei nela por intermédio dos sentidos, posto que todas as coisas que se apresentavam ao paladar, ao olfato, ou à visão, ou ao tato, ou à audição, encontram-se mudadas e, no entanto, a mesma cera permanece. [...] certamente nada permanece senão algo de extenso, flexível e mutável. (DESCARTES, 2011, p. 50).

O fragmento de cera que está presente neste argumento é o pedaço de cera que Descartes considerava conter todas as propriedades que também são achadas nos corpos. Entretanto, devido às modificações, já não era possível identificar as propriedades que outrora esse pedaço possuía antes do experimento do fogo, pois as características dadas eram frutos dos sentidos e da imaginação e esses dois recursos já não conseguem apresentar nada além das características apresentadas com clareza e distinção. Do mesmo, o pensador indaga sobre o que é possível conhecer do corpo, uma vez que todos os aspectos aptos ao conhecimento também vieram da imaginação ou dos sentidos e, assim como a cera, vindo a perder esses aspectos, quer dizer, serem modificados, já não conseguem ser tomados pelos dois recursos, a imaginação e os sentidos.

Conclui-se então que as características apreendidas sobre a cera dos corpos não provêm do esforço da imaginação, mas sim do pensamento, situado no espírito. Se fosse através da imaginação, impossível seria compreender as tantas transformações sofridas por este corpo, uma vez que ele é a todo instante mutável. Assim, seria também impossível reconhecer a cera após a sua modificação ou depois de ter perdido todas as suas propriedades que anteriormente a formava e que era julgada como matéria através do influxo da imaginação. Por isso, apenas por meio do pensamento, ou seja, da inspeção que ocorre no espírito, torna-se propício o

conhecimento verdadeiro da natureza material, tendo em vista que o espírito supera a matéria e está mais próximo de ser conhecido que ela mesma, pois “nada há que me seja mais fácil de conhecer do que meu espírito”. (DESCARTES, 1996, p. 275).

Descartes demonstra que, se a cera for esvaziada das características que a torna conhecida, ou seja, a propriedade que partem da ação dos sentidos, tais como o cheiro, sabor, formato, restará apenas a sua extensão, pois ela está em todo tempo em mutabilidade. Por esse motivo, a essência da cera só poderá ser compreendida a partir do entendimento. Em síntese, trata-se de usar o exemplo da cera para mostrar que, mesmo exista a ideia clara e distinta da cera, isto é, a sua extensão, enquanto substância, não é possível acreditar na distinção entre pensamento e extensão, uma vez que pode haver um Deus enganador que seja a fonte da ideia de extensão formulada que se achega ao indivíduo, levando-o a ser enganado por achar que exista essa extensão da qual se parte as percepções sensíveis.

Para que haja um conhecimento seguro quanto a extensão do corpo, ou seja, do objeto existente e independente do pensamento, deve-se refutar a hipótese do Deus enganador, como já fora anteriormente apresentado. Em suma, a cera é algo extenso, com facilidade de transformação espacial, de forma e tamanho. Apesar de ceder imagens da cera, isto é, as propriedades, Descartes entende que os sentidos não permitem o conhecimento distinto da natureza da cera, uma vez que são apenas percepções. Por isso, “a análise do pedaço de cera e da percepção de homens à distância diz respeito à demonstração da prioridade e independência dos atos cognitivos com relação aos sentidos” (ROCHA, 2008, p. 51). O pensador trabalha em saber como se dá o conhecimento da natureza, compreendendo que o conhecimento da cera se dá pelo espírito.

3.2 A questão de Deus no argumento cartesiano

Introduzindo a sua Terceira Meditação, Descartes continua assegurando apenas uma verdade lograda ao longo da Segunda Meditação: ser ele uma coisa que pensa. Desponta com o isso uma evidência, pois já foi levantada a clareza e distinção na afirmativa de ser algo que pensa. Isso desemboca no tema da existência de Deus. Descartes argumenta que:

Todavia recebi e admiti acima várias coisas como muito certas e muito manifestas, as quais, entretanto, reconheci depois serem duvidosas e incertas. Quais eram, pois, essas coisas? Eram a terra, o céu, os astros e todas as outras coisas que percebia por intermédio de meus sentidos. Ora, o que eu concebia clara e distintamente nelas? Certamente nada mais exceto que as ideais ou os pensamentos dessas coisas que se apresentavam a meu espírito. E ainda no

presente não nego que essas ideias se encontram em mim. (DESCARTES, 2011, p 58).

Com esse argumento, o pensador ressalta que os conhecimentos adquiridos por mediação dos sentidos eram de procedência duvidosa, estando inclusive externos a sua realidade pensante. O que restou foi o conhecimento claro e distinto de que ele é um espírito, uma razão. Descartes faz uma reflexão acerca da importância dos conhecimentos claros e distintos, aludindo novamente a concepção de um Deus enganador e que o conduz ao equívoco até das coisas claras e distintas, como salienta no trecho:

E, por certo, posto que não tenho nenhuma razão de criticar que haja algum Deus que seja enganador, e mesmo que não tenha ainda considerado aquelas que provam que há um Deus, a razão de duvidar que depende somente desta opinião é bem frágil e, por assim dizer, metafísica. Mas, a fim de poder afastá-la inteiramente, devo examinar se há um Deus, tão logo a ocasião se apresente; e, se achar que existe um, devo também examinar se ele pode ser enganador: pois, sem o conhecimento dessas duas verdades, não vejo como possa jamais estar certo de coisa alguma. (DESCARTES, 2011, p 60).

Todavia, percebe-se uma mudança de parâmetro na terceira Meditação, onde o argumento cartesiano exposto toma a questão da existência de Deus integralmente, ou seja, não está focado em determinar se este Deus é ou não enganador. Com isso, inaugura-se a exposição das provas da existência de Deus na Terceira Meditação.

A discussão da Terceira Meditação começa com a seguinte retrospectiva:

Fecharei agora os olhos, tamparei meus ouvidos, desviar-me-ei de todos os meus sentidos, apagarei mesmo de meu pensamento todas as imagens de coisas corporais, ou, ao menos, uma vez que mal se pode fazê-lo, reputá-las-ei como vãs e como falsas; e assim, entretendo-me apenas comigo mesmo e considerando meu interior, empreenderei tornar-me pouco a pouco mais conhecido e mais familiar a mim mesmo. Sou uma coisa que pensa, isto é, que duvida, que afirma, que nega, que conhece poucas coisas, que ignora muitas, que ama, que odeia, que quer e não quer, que também imagina e que sente. Pois, como notei acima, conquanto as coisas que sinto e imagino não sejam talvez absolutamente nada fora de mim e nelas mesmas, estou, entretanto, certo de que essas maneiras de pensar, que chamo sentimentos e imaginações, somente na medida em que são maneiras de pensar, residem e se encontram certamente em mim. E nesse pouco que acabo de dizer, creio relatado tudo o que sei verdadeiramente, ou, pelo menos, tudo o que até aqui notei que sabia. (DESCARTES, 1983, p 107).

Com essa breve introdução para o terceiro capítulo desse trabalho, finda-se esses dois blocos da monografia dedicados exclusivamente a instrução do leitor que deseja conhecer a

análise metafísica de Deus feita por Descartes, Para tal, foi necessário percorrer o trajeto do autor na busca pela consolidação do conhecimento, com destaque para o desenvolvimento do seu método da dúvida, a descoberta do cogito, o dilema dos sonhos, o papel da imaginação e o exemplo do argumento da cera no debate do conhecimento do corpo.

4. AS PROVAS DA EXISTÊNCIA DE DEUS

Depois do percurso tomado até aqui, já é seguro afirmar com Scribano que, nas Meditações Cartesianas, tudo concorre para o conhecimento de Deus, com vistas para a existência da própria ciência, como cita:

O problema central das Meditações é fornecer a garantia de que a ciência humana é legitimada a falar com verdade do mundo. Para ter essa certeza de que o que parece verdadeiro à mente humana não é apenas aparência, incapaz de descrever a verdade, é necessário saber muito de Deus. (SCRIBANO, 2007, p. 19)

Na apresentação de Deus em Descartes, logo vê-se que ele não está relacionado a concepção cristã, ou seja, não é intitulado como o Deus de Abraão, de Isaac e de Jacó, como identificado na versão bíblica. Na opinião de Sorell (2004, p. 79), “o Deus das Meditações está bem distante do Deus das Sagradas Escrituras”. E ainda acrescenta o comentador: O Deus de Descartes é o ser que garante que pensamentos gerais sobre a matéria são verdadeiros. É o Deus de um físico, ou, melhor talvez, é o tipo de Deus requerido por uma filosofia anticética da física, que procura colocar fora de dúvida as leis gerais da física. O Deus cartesiano que aparece nas Meditações está longe de ser o Deus das sagradas escrituras, é “alma” enquanto se pode denominá-lo de um tipo de mente.

O comentador anteriormente citado, apoiando a teoria cartesiana, compreende que a física está em harmonia com a metafísica, não podendo haver dúvidas quanto a evidência da matéria. Com isso, concorda com Descartes quando este isenta a lei física da dúvida e, ao mesmo, defende que Deus é a justificativa para a sua matéria. Citando novamente Sorell (2007, p. 79), tem-se a conclusão de que “O que é percebido de forma clara e distinta pela mente humana é verdadeiro.” Se caso não fosse assim, a versão de Deus enquanto perfeito estaria comprometida, sua existência não estaria garantida. Se as ideias, por sua vez, são claras e distintas, denota-se que o responsável por isso seja perfeito, ou seja, Deus se apresenta sem defeitos.

Não havendo essa convicção, torna-se inviável assegurar certeza a respeito de algo, uma vez que há um processo gradativo, a dinâmica da ordem na metodologia da dúvida de Descartes, onde o pensamento é orientado a alcançar a realidade verdadeira das coisas. Segundo o autor, a função da dúvida reside em distinguir, separando aquilo que chega a dimensão do espírito e que está na mente, a chamada *res cogitans*, isto é, a coisa pensante; e aquilo que se mostra como coisa, a chamada *res extensa*, isto é, a coisa extensa. Essa dualidade da dúvida aceita pelo

teórico, não tira de cena a questão do espírito que concederá o conhecimento da metafísica; quer dizer, a fim de que a dúvida esteja completamente cessada, ele está dedicado a provar a existência de Deus.

A primeira impressão no que toca a existência de Deus está na busca por explicações do porquê de defini-lo como perfeito. É unânime que a maioria das pessoas levem consigo atributos positivos sobre Deus: elas destacam a sua infinitude, onisciência e seu poder sem limites. Será visto adiante que sustentar a existência desse ser perfeito é também conceber sentido à própria existência, tendo em conta que esta é a primeira certeza. Nesse contexto, para que o “eu” exista, deve-se fundamentar a existência de um outro que o preceda, não encontrando-se a vista, mas com atributos superiores. Isso alude a chamada prova ontológica, a ser vista mais adiante. Essa prova de evidência de Deus está apoiada na reflexão de que a existência de Deus pode ser demonstrada a partir de um mesmo ponto de partida: o “eu”.

O método da dúvida, em síntese, é um recurso para a comprovação da existência de Deus, baseando no atributo da perfeição para assim suscitar uma ideia acerca dele e nomeá-lo como a causa de todas as coisas. A produção cartesiana, de acordo com Guenancia (1991, p. 91), tem como “fim principal, senão único, é provar a existência de Deus cuja ideia o espírito possui em si mesmo.” Não é meramente uma demonstração do fato, mas procurar um referencial para a sua própria filosofia, ou seja, Deus. É por isso que as duas primeiras provas carregam um caráter teórico e concreto, respectivamente; isso está esclarecido no comentário de Rodis-Lewis (1982, p. 39): “Elas repousam no princípio da causalidade: na primeira, o efeito considerado é a ideia de infinito; a segunda, mais concreta, apoia-se na existência do eu pensante, e na sua contingência”.

Desponta então a indagação de como dizer que Deus é a causa primeira se não há a ideia disso. À vista disso, estabelece-se relação entre as duas primeiras provas da existências de Deus a serem vistas posteriormente, onde é provado o desenvolvimento da consciência do “eu” e, com isso, da existência de Deus nesse “eu”. Dado isso, o pensamento acerca de Deus acompanha o processo de existência do ser e é por excelência a única ideia da realidade objetiva. Verificada a existência de Deus, cessam-se os focos de engano, desaparece o gênio que leva ao equívoco. Deduz-se que ele existe e não engana.

A preocupação que resta é colher ideias claras e evidentes que levem ao objetivo do pensador: alcançar a verdade, não ser enganado por confiar em ideias imperscrutáveis. A certificação da existência de Deus é o penhor que leva a crer que os objetos pensados por ideias claras são de fato reais, e não resultado da enganação. Diante desse introito, será apresentada agora a primeira prova da existência de Deus em René Descartes: a Prova das Ideias.

4.1 A prova das Ideias

Na Terceira Meditação, a reflexão da existência de Deus parte de uma análise sobre a origem das ideias. Viu-se anteriormente que, na Segunda Meditação, Descartes procurou usar as ideias para comprovar a existência das *Res Cogitans*, isto é, da coisa que pensa, sendo esta a primeira a certeza. Logo depois, descobriu uma outra verdade, a de que o espírito era mais propício de ser conhecida que a substância. Foi apresentado também o exemplo da cera, demonstrando que a ideia obtida acerca de determinados objetos e substâncias, pode não ser a mesma concepção que os sentidos fizeram ter. A substância, por sua vez, vindo a sofrer modificações, acaba se manifestando confusa. É por isso que Descartes entende que as ideias devam ser originadas de uma dimensão externa, fora do ser pensante. Assim o pensador reflete:

Ora, destas ideias, umas me parecem ter nascido comigo, outras ser estranhas e vir de fora, e as outras ser feitas e inventadas por mim mesmo. [...] Mas também talvez eu possa persuadir-me de que todas essas ideias são do gênero das que eu chamo de estranhas e que vêm de fora ou que nasceram todas comigo ou, ainda, que foram todas feitas por mim; pois ainda não lhes descobri claramente a verdadeira origem. (DESCARTES, 2011, p. 62).

Abre-se uma outra discussão: Descartes deseja entender a real origem das ideias. Ele indaga se ele propriamente poderia fabricar essas ideias; ou ainda, se seriam provenientes de algo que não está ao seu alcance, aliás, não está sequer existente no seu ser. Assim ele observa:

A primeira dessas razões é que me parece que isso me é ensinado pela natureza; e a segunda, que experimento em mim próprio que essas ideias não dependem, de minha vontade; pois amiúde elas se apresentam a mim mau grado meu, como agora, quer queira quer não, eu sinto calor, e por esta razão persuado-me de que este sentimento ou esta ideia de calor é produzido por mim por uma coisa diferente de mim, a saber, pelo calor do fogo junto do qual me encontro. (DESCARTES, 2011, p.62).

No argumento em questão, o filósofo moderno defende que exista duas categorias de ideias, sendo elas: a primeira, as que são concebidas das substâncias perfeitas e infinitas, ideias que se apresentam específicas; depois, no segundo tipo, tem-se as ideias que provêm da apreensão dos objetos sensíveis. Através disso, torna-se possível formar ideia daquilo que é estranho, através da união das ideias formadas da imaginação com aquelas ideias que se tem dos objetos. Assim fundamenta Descartes:

E quanto à outra razão, segundo a qual essas ideias devem provir de alhures, porquanto não dependem de minha vontade, tampouco a acho mais convincente. Pois, da mesma forma que as inclinações, de que falava há pouco, se encontram em mim, não obstante não se acordarem sempre com minha vontade, e assim talvez haja em mim alguma faculdade ou poder próprio para produzir essas ideias sem auxílio de quaisquer coisas exteriores, embora ela não me seja ainda conhecida; como, com efeito, sempre me pareceu até aqui que, quando durmo, elas se formam em mim sem a ajuda dos objetos que representam. E, enfim, ainda que eu estivesse de acordo que elas são causadas por esses objetos, não é uma consequência necessária que lhes devam ser semelhantes a eles. Ao contrário, frequentemente, em muitos exemplos, que havia grande diferença entre o objeto e sua ideia. (DESCARTES, 2011, p 64).

Em suma, no argumento em questão são executados dois níveis de ideias: aquelas que derivam da correspondência; e as ideias que são inatas, estas mais importantes por serem necessárias e terem em si mesmas a essência para existirem. Quando fala-se em ideia por correspondência, alude-se aos objetos sensíveis, a ideia objetiva que deles é originada. Em relação as inatas, essa ideia é inferior quanto a sua perfeição quanto à realidade formal dos objetos idealizados. Já as ideias inatas precedem assumindo o primazia no entendimento, pois estão submetidas ao princípio de causa e efeito.

Na ideia que interessa, a existência de Deus está situada na dimensão das ideias inatas, uma vez que se trata de uma substância inteiramente perfeita e infinita. Posto isso, a existência de Deus não tem seu fundamento na ser pensante, pois a substância desse ser é marcada pela finitude e imperfeição. A ideia de Deus nos atributos de perfeição e infinitude não podem ser influenciados por essa natureza corruptível. Nessa justificativa, fica evidente que não é da responsabilidade do ser pensante imprimir em si a ideia de Deus, pois é limitada. Do contrário, a definição de Deus impressa no espírito é extrínseca ao ser e da sua essência é inferida a existência, haja vista da perfeição ser equivalente a existência. Vale mencionar o autor:

Mas apresenta-se ainda outra via para investigar se, entre as coisas cujas ideias tenho em mim, há alguma que existe fora de mim. [...] pois, com efeito, aquelas que me representam substâncias são, sem dúvida, algo mais e contêm em si (por assim falar), mais realidade objetiva, ou seja, participam por representação, em mais graus de ser ou de perfeição do que as que me representam apenas modos ou acidentes. Além do mais, aquela pela qual eu concebo um Deus soberano, eterno, infinito, imutável, onisciente, onipotente e criador universal de todas as coisas que estão fora dele; aquela digo, tem certamente em si mais realidade objetiva do que aquelas pelas quais as substâncias finitas me são representadas. (DESCARTES, 2011, p 65).

Por fim, no uso desse argumento, o autor moderno concluiu que o nosso espírito contém a ideia de Deus, manifestada em grau elevado de perfeição e numa realidade objetiva, ultrapassando a ideia que tem das substâncias sensíveis e finitas.

4.2 A prova Cosmológica

A prova cosmológica é também conhecida como prova da causalidade, onde Descartes defende ser possível comprovar a existência de Deus através do princípio de mesmo nome, baseando-se na reflexão da origem e correspondência das ideias. Presente na Terceira Meditação, a discussão tem como título “De Deus; que ele existe”, o pensador moderno sugere demonstrar a existência divina através da causa e efeito, como afirma nesse fragmento da obra mencionada:

Assim, dado que temos em nós a ideia de Deus ou do ser supremo, com razão podemos examinar a causa por que a temos; e encontraremos nela tanta imensidade que por isso nos certificamos absolutamente de que ela só pode ter sido posta em nós por um ser em que exista efetivamente a plenitude de todas as perfeições, ou seja, por um Deus realmente existente. Com efeito, pela luz natural é evidente não só que do nada nada se faz, mas também que não se produz o que é mais perfeito pelo que é menos perfeito, como causa eficiente e total; e, ainda, que não pode haver em nós a ideia ou imagem de alguma coisa da qual não exista algures, seja em nós, seja fora de nós, algum arquétipo que contenha a coisa e todas as suas perfeições. E porque de modo nenhum encontramos em nós aquelas supremas perfeições cuja ideia possuímos, disso concluímos corretamente que elas existem, ou certamente existiram alguma vez, em algum ser diferente de nós, a saber, em Deus; do que se segue com total evidência que elas ainda existem. (DESCARTES, 2011, p. 64).

Na hipótese da existência de Deus, Descartes toma a causa eficiente por considerar que esta tem mais força que o efeito. Isso significa que a ideia que se tem de Deus, inata no indivíduo, se manifesta em elevado nível de perfeição se comparada com a existência do ser enquanto efeito. Essa causa é então chamada de “Deus”. Na Segunda Meditação, quando ocorre a descoberta do Cogito, o teórico passa a auto identificar-se como um ser, uma substância pensante, tirando de cena a noção de ser autor das ideias que tem do corpo, do conhecimento do infinito e das coisas do mundo. Nesse contexto, Oliveira comenta que:

O princípio de causalidade estabelece que deve haver uma igualdade mínima entre o efeito e sua causa, igualdade esta que permite, dado o inquérito referente à realidade objetiva das ideias, estabelecer o grau de realidade possível no que diz respeito às causas, ou origem, das ideias. (OLIVEIRA, 2011, p. 40).

Retornando a Terceira Meditação, Descartes traz para a questão o pensamento de Parmênides na sua máxima “O não ser é indizível impensável”. Ele conclui que as ideias não partiram do nada, pois se assim o fosse, não poderiam ser, o que denotaria inexistência:

Daí decorre não somente que o nada não poderia produzir coisa alguma, mas também que o que é mais perfeito, ou seja, que contém em si mais realidade, não pode ser uma consequência e uma dependência do menos perfeito. [...] E ainda que possa ocorrer que uma ideia dê origem a uma outra ideia, isso, todavia não pode estender –se ao infinito, mas é preciso chegar ao fim a uma primeira ideia, cuja causa seja um como padrão ou original, na qual toda a realidade ou perfeição esteja contida formalmente e em efeito, a qual só se encontre somente objetivamente ou por representação nessas ideias. De sorte que a luz natural me faz conhecer com evidência que as ideias estão em mim como quadros, ou imagens, que podem na verdade facilmente decair da 33 perfeição das coisas de que foram tiradas, mas que jamais podem conter nada de maior ou de mais perfeito. (DESCARTES, 2011, p 67-68).

A questão da causalidade, atrelada a questão das ideias que foram anteriormente apresentadas, compõe após a dúvida o método mais importante esboçado nas *Meditações Metafísicas*, pois é através dele que a existência é racionalmente provada. Resumidamente, esse argumento procura convencer que há maior noção de realidade na causa que em seu efeito. Isso denota que a ideia da existência de um determinado ser mais perfeito e superior que substância pensante, só pode ser proveniente de um ser que existe e que detém em sua natureza todos os atributos já elencados.

O primeiro passo de Descartes foi distanciar o ser pensante da autoria da ideia que se achega ao seu espírito de perfeição, pois este ser é uma substância imperfeita e seria inviável ser o responsável por imprimir no espírito uma ideia clara e distinta de perfeição; isso não seria possível sequer pelo influxo da imaginação, o que não garantiria formalidade. Diante desse incapacidade, o sábio infere:

Portanto, resta tão somente a ideia de Deus, na qual é preciso considerar se há algo que não possa ter provindo de mim mesmo? Pelo nome de Deus entendo uma substância infinita, eterna, imutável, independente, onisciente, onipotente e pela qual eu mesmo, e todas as outras coisas que existem (se é verdade que há coisas que existem) foram criadas e produzidas. [...] E, por conseguinte, é preciso necessariamente concluir, de tudo o que disse anteriormente que Deus existe; pois, ainda que a ideia da substância esteja em mim, pelo próprio fato de ser eu uma substância, eu não teria, contudo, a ideia de uma substância infinita, eu que sou um ser finito, se ela não tivesse sido colocada em mim por alguma substância que fosse verdadeiramente infinita. (DESCARTES, 2011, p.71- 72).

A prova da existência de Deus pelos efeitos presente na Terceira Meditação cartesiana, consiste na compressão que perfeição e infinito só poderiam ser postos na substância finita, ou seja, no ser, se uma causa operasse contendo em si as realidades objetiva e formal que pudessem levar ao indivíduo a ideia de infinitude e perfeição. Portanto, a primeira prova surgiu da pergunta sobre a ideia que se tem de Deus; feita a interrogação e verificada a predominância de algo extrínseco a substância pensante, emerge-se a segunda prova. As duas provas estão conectadas a partir do princípio da causa e efeito, onde a primeira beira para a teoria e a segunda demonstra a concretude da existência divina. O autor chega a questionar se a ideia que ele carrega não poderia ter sido fruto de sua autoria, como apresenta esse trecho:

Mas é possível também que eu seja algo mais do que imagino ser e que todas as perfeições que atribuo à natureza de um Deus estejam de algum modo em mim em potência, embora ainda não se produzam e não façam surgir suas ações. [...] Todavia olhando um pouco mais de perto, reconheço que não pode ser assim; pois, primeiramente, ainda que fosse verdadeiro que meu conhecimento adquirisse todos os dias novos graus de perfeição, e que houvesse em minha natureza muitas coisas em potência, que nela ainda não existem ainda atualmente, todavia essas vantagens não pertencem e não se aproximam da ideia que tenho da divindade na qual nada se encontra somente em potência, mas tudo existe atual e efetivamente. (DESCARTES, 2011, p.74-75).

O argumento da causalidade de Descartes serve para mostrar a impossibilidade que se tem na comprovação da existência de Deus através do ser, isto é, da substância finita e imperfeita. De acordo com a sua filosofia, a ideia que se tem do infinito deve ser atribuída a um ser que dispõe em si a realidade formal, contando também com outras propriedades infinitas, ou seja, este ser é Deus, manifestado na cosmologia. A partir disso prossegue-se na prova de Deus pelos efeitos, demonstrada nesse exemplo: verificada a ideia concebida de Deus, o indivíduo notará que essa ideia precede a concepção de si próprio, ou seja, da sua substância. Ele então chegará ao desfecho que essa ideia primeira é também causa da sua substância por ser perfeita e infinita. O sábio da modernidade então afirma que:

Poderá também ocorrer que este ser de que dependo não seja aquilo que chamo Deus e que eu seja produzido ou por meus pais, ou por alguma outra causa menos perfeita do que ele? Muito ao contrário, isso não pode ser assim. Pois, como já disse anteriormente, é uma coisa muito evidente que deve haver ao menos tanta realidade na causa quanto em seu efeito. E, portanto, uma vez que sou uma coisa que pensa e que tenho em mim alguma ideia de Deus, seja qual for afinal a causa que se atribua à minha natureza, é preciso necessariamente confessar que ela deve ser igualmente uma coisa que pensa, e possuir em si a

ideia de todas as perfeições que atribuo à natureza divina. Em seguida, pode-se de novo pesquisar se essa causa tem sua origem e sua existência em si mesma ou de alguma outra coisa. Pois se ela tem de si própria, segue-se, pelas razões que anteriormente aleguei, que deve ser, ela mesma, Deus; porquanto, tendo a virtude de ser e de existir por si, ela deve também, sem dúvida, ter o poder de possuir atualmente todas as perfeições cujas ideias concebe, isto é, todas aquelas que eu concebo como existentes em Deus. (DESCARTES, 2011, p.78).

Em poucas palavras, Descartes quis mostrar que não poderia ele remeter a causa da sua substância a algo que não fosse necessariamente superior a ela, ou seja, que não contasse com um grau elevado em relação a si. Depois, compreendendo que a ideia da natureza de Deus antecipa a própria ideia de sua substância, o que levaria a crer que ele não é autor da sua própria substância; se fosse, extinguiria a imperfeição de si e preencheria o seu ser com todas as faculdades perfeições que são próprias de Deus. A mensagem da segunda prova da existência de Deus pelos efeitos, é mostrar que Deus é tanto causa de si mesmo, mas também contém a perfeição na qual se origina o espírito da substância pensante, o que afirma a pertença do ser a ele.

4.3 A prova Ontológica

Abrindo a exposição da última prova, o chamado argumento ontológico, vale mencionar o comentário de Cottingham, que o apresenta assim:

O argumento é extraordinariamente breve e, além do mais, extraordinariamente simples. Primeiro, Deus é definido como um Ser supremamente perfeito. Não se garantem interrogações algumas neste caso: como um triângulo, poderá falar-se sobre a essência ou natureza de algo, sem se subordinar à sua existência real. Em segundo lugar, pretende-se que a perfeição suprema implica a existência. (COTTINGHAM, 1986, p.88).

Neste argumento, René Descartes analisa tanto a essência de Deus com a do ser pensante. Para que haja o conhecimento desse ser perfeitíssimo, é o uso da clareza e distinção das coisas. Aquilo que venha a ser de fato verdadeiro, automaticamente existe e não pode ser negado exatamente devido a essa clareza e distinção. Immanuel Kant define essa prova como ontológica, presente quinta Meditação. O comentador López a organiza através de um simples esquema:

Premissa maior. O que concebemos clara e distintamente como próprio da natureza, essência ou forma imutável e verdadeira de alguma coisa pode predicar-se a esta com toda verdade. Premissa menor. É assim que concebemos, que clara e distintamente, que a existência é própria da verdadeira e imutável natureza divina; porque: 1 – a ideia de Deus, representando a verdadeira e imutável natureza divina, contém o conjunto de todas as perfeições; 2 – e visto que a existência é uma perfeição; 3 – a existência é própria da ideia de Deus e, da mesma forma, da verdadeira e imutável natureza divina. Conclusão. Logo podemos afirmar com certeza que Deus existe. (LÓPEZ, 1976, p. 107).

Nota-se que da Terceira Meditação, deslocou-se para quinta, pois é nela onde é trabalhado o argumento ontológico através do seguinte objetivo: demonstrar que as essências das coisas corporais, que nada mais são que as ideias matemáticas, são verdadeiras. Portanto, se a ideia da extensão, tomada como clara e distinta, ainda estava no crivo da dúvida por que estes princípios ainda não estavam consolidados, agora devido a comprovação da existência de Deus ter sido demonstrada na Terceira Meditação, será decretada a sua veracidade.

A prova terceira da existência de Deus parte do pressuposto que, deduzida a ideia Divina, sua existência está inferida. Nesse processo dedutivo, parte-se de uma assertiva para que depois sejam levantadas as justificativas, quer dizer: começa-se da causa para os efeitos. Se fosse indução, esse trajeto seria inverso, o que seria: dos fatos para a definição de uma certeza, do efeito para a causa.

O autor acredita que a ideia que se tem de Deus está situada no hall das ideias que dispõem de maior nível de perfeição. Diante disso, uma vez que concepção divina está consolidada no entendimento, tal como ocorre com os conhecimentos matemáticos que se achegam ao espírito com clareza e distinção, Descartes chama a atenção que essa ideia seria impossível de ter sua gênese em um ser pensante, questionando do seguinte modo:

Agora se do simples fato de que posso tirar de meu pensamento a ideia de alguma coisa, segue-se que tudo quanto reconheço clara e distintamente pertence a essa coisa, pertencendo-lhe de fato, não posso tirar disto um argumento e uma prova demonstrativa da existência de Deus? E, portanto, ainda que tudo o que conclui nas Meditações precedentes não fosse verdadeiro, a existência de Deus deve passar em meu espírito ao menos por, tão certa quanto estimei até aqui todas as verdades das Matemáticas, que só dizem respeito aos números e às figuras: se bem que na verdade, isso de início não pareça inteiramente manifesto, mas se afigure ter alguma aparência de sofisma. (DESCARTES, 2011, p. 100).

No começo de sua reflexão, Descartes levanta o questionamento se as ideias dispostas em seu pensamento poderiam ser consideradas ideias claras e distintas e se a ideia da existência

de Deus deveria se chegar ao espírito com a mesma distinção e clareza na qual se apresentam as verdades matemáticas. Se a ideia elaborada sobre Deus que está presente no entendimento do ser provém de uma substância infinita, como haveria de se concebê-la nesse ser finito? Essa questão traz consigo o método da dúvida: uma vez que a noção do que é infinito antecipa a noção de finitude, somente através da dúvida se poderá conhecer a imperfeição que está presente nessa finitude. Sendo a substância pensante imperfeita e finita, está não pode ser causa da ideia que concebo de infinito e perfeição. A substância pensante deve ser subordinada a um ser que existe e que é causa da existência dos demais seres que existem contingentemente.

Na filosofia cartesiana, quando se refere a perfeição, se está também falando de existência, pois são ontologicamente dois sinônimos. No entendimento de Santo Anselmo, notório filósofo medieval, tem-se: na definição de Deus está inclusa o atributo da perfeição, sendo um delas a existência, o que leva a afirmar que Deus existe de fato. Assim, concorrendo com a teoria de Descarte, infere-se que se existe um ser e nele estão dispostas todas as qualidades que realçam a sua perfeição, esse ser necessariamente existirá. O enxerto abaixo reforça essa excerto:

Mas, ainda que de fato eu não possa conceber um Deus sem existência, não mais do que uma montanha sem vale, todavia, como do simples fato de eu conceber uma montanha com vale não se segue que haja alguma montanha no mundo, assim também, embora eu conceba Deus com existência, parece que por isso não se segue que haja algum Deus que exista; pois meu pensamento não impõe necessidade nenhuma às coisas; e como só depende de mim imaginar um cavalo alado, ainda que não haja nenhum que tenha asas, assim eu talvez pudesse atribuir a existência a Deus, ainda que não houvesse nenhum Deus que existisse. [...] ao passo que, do simples fato de eu não poder conceber Deus sem existência, segue-se que a existência é inseparável dele e, portanto, que ele existe verdadeiramente; não que meu pensamento possa fazer que isso seja assim e que imponha às coisas alguma necessidade; mas, ao contrário, porque a necessidade da própria coisa, a saber, da existência de Deus, determina meu pensamento a concebê-lo dessa forma. (DESCARTES, 2011, p. 101).

Se os atributos de Deus são a consistência de sua essência e acusam a sua existência, é correto afirmar que na prova ontológica em questão, existência e essência são dois termos estreitamente equivalentes, tendo em vista que não é conceber qualidades e propriedades a Deus sem que ele exista. Quando se está falando e reverenciando a perfeição divina, o indivíduo une a complacência que está prestando a com crença na existência do alvo dessa veneração. Por exemplo, na tradição cristã, a profissão de fé do fiel acompanha em todo o seu enredo a

convicção de que Deus sempre existiu. Quanto a aproximação desse dois termos, o comentário de Reale esclarece:

A existência é parte integrante da essência, de modo que não é possível ter a ideia (a essência) de Deus sem simultaneamente admitir a sua existência, da mesma forma que não é possível conceber um triângulo sem pensá-lo com a soma dos ângulos internos iguais a dois retos ou como não é concebível uma montanha 108 sem vale. Só que, enquanto do fato de não poder “conceber uma montanha sem vale não deriva que existam no mundo montanhas e vales, mas somente que a montanha e o vale, existindo ou não existindo, não podem de modo algum ser separados um do outro, [...] já do fato de que não posso conceber Deus sem existência deriva que a existência é inseparável dele e, portanto, que ele existe verdadeiramente”. Essa é a prova ontológica de Anselmo, que Descartes retoma e faz sua. (REALE, 1990, p. 372).

A citação usada acima tem a utilidade que mostrar que existem coisas indissociáveis quanto a natureza, sendo impossível serem tomadas individualmente; aqui, a prova ontológica demonstra ser improcedente conceber uma ideia abstrata de Deus, mas deve-se obrigatoriamente crer na sua existência.

Foi mencionado numa das citações o exemplo da montanha sem vale para demonstrar que não é possível conceber a ideia de Deus sem aceitar a sua existência, trata-se de um conhecimento racional. Assim com a ideia de montanha está estreitamente relacionada ao vale, também a essência de Deus está ligada a sua existência. Por esse motivo, a ideia esboçada de Deus não é mérito da substância pensante, mas do criador que quis ser conhecido e quis imprimir na sua criatura o selo de existência, assim como o artista patenteia a sua obra. Sendo o conceito de Deus tão recorrente no espírito do indivíduo, é imprimindo em nele sua ideia de infinita perfeição; conseqüentemente, deve-se inferir que Deus existe, e que a existência não pode ser separada da sua essência. Deste modo, inferir que Deus existe é também autuá-lo como a causa de toda ideia que a substância dispõe acerca da perfeição, da constituição corpórea e daquilo que for externo ao seu ser.

No final das contas, Descartes construiu o edifício do conhecimento e através dele procurou comprovar a existência de Deus enquanto sumamente poderoso, detentor da ordem, responsável por criar e preservar as coisas, além de ser o proprietário das verdades geométricas. A propriedade de Deus abrange a sua própria essência e a dos outros seres, sempre majestoso, o que distancia da concepção romântica de Deus fabricada no cristianismo, ou seja, o atributo de sua bondade. Mas, no que interessa, a figura de Deus é a engrenagem do filosofia cartesiana, pois é o recurso garantidor de um teoria deposita na racionalidade humana todas as fichas para

o alcance de um conhecimento verdadeiro e indubitável. Deus surge na produção desse pensador moderno como uma via para a resolução de conflitos intelectuais e para que a ciência fosse acreditada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A filosofia cartesiana é um empreendimento totalmente calcado na dúvida, julgando duvidosos todos os conhecimentos que são resultado da percepção dos objetos, ou seja, do influxo dos sentidos. É nesse contexto que René Descartes vai as últimas consequências, propondo a interrupção do juízo, pois estes estariam corrompidos pela ilusão sensorial. Através do argumento dos sonhos, o pensador analisa o conhecimento matemático como sendo o primeiro, considerando que estes fazem referência a coisas simples. O autor continua sua exposição apelando para a radicalização do seu método da dúvida, insinuando a existência de um Gênio Maligno, além de sugerir a predominância de um Deus que engana, levando ao equívoco até das verdades lógicas, deixando-lhe apenas o pensamento com recurso de sua natureza.

No percurso, foi descoberto o Cogito, simbolizado na famosa máxima “penso logo existo”, declarado como a primeira certeza adquirida racionalmente. Trata-se da primeira garantia que o autor oferece: ser uma coisa que pensa; mesmo que o suposto Deus enganador venha a distanciá-lo dessa assertiva, ele continuará consciente de sua existência, certo que ao pensar estará vivendo. Tudo isso, resultado da inspeção do espírito. Também nesse trabalho, viu-se que Descartes demonstra a existência de Deus com base no inatismo, alegando que o indivíduo tem ideias que aparentam inatas e outras que provém de algo extrínseco.

Dos muitos questionamentos suscitados, destacou-se o dilema: sendo um ser pensante, identificado apenas como uma substância que pensa, como haveria esse ser adquirir a noção de infinitude e perfeição? Deduziu-se então que essa ideia só poderia partir de um ser externo ao a substância, o que leva a conclusão que a causa não está situada no pensamento, além do mais se foto a ideia de Deus sendo infinita e perfeita. Assim, Deus é a causa de todas nossas ideias de perfeição, finito, infinito e de tudo que existe no mundo.

Toda a discussão envolvendo a existência de Deus teve como base argumentativa as Meditações Metafísicas, contemplando o método da dúvida e as três provas, objetivando revolucionar a questão epistemológica e metafísica que envolve o assunto. Trata-se então de uma busca racional, onde ideias e certezas entram em conflito, cabendo a Descartes encontrar respostas as próprias indagações, principalmente naquilo que concerne a ocorrência das ideias inatas que são imprimidas no espírito. Referindo-se a pergunta, viu-se ao indagar pela ideia de Deus, se está deduzindo a sua existência, manifestada com clareza e distinção.

A persistência pela definição de Deus levada a cabo por Descartes, não deve ser assemelhada ao viés da religião, especialmente a tradição cristã. A construção da ideia do

transcendente na teoria cartesiana contempla dados físicos, é um verdadeiro evento cosmológico e não somente, mas é a própria manifestação do conhecimento metafísico em seu elevado nível de clareza. A metafísica é o cerne da filosofia moderna depois dos esforços desse autor, pois abre espaço para uma filosofia que toma o conhecimento para além daquilo que os sentidos se prestam a conceder.

O horizonte da filosofia após o trabalho cartesiano no tocante a metafísica, foi transformado pela evolução do homem na maneira de lidar com o conhecimento, quando este optou por novas vias de se conceber o mundo em que vive, o tempo em que está situado e especialmente o modo de apresentar a figura de Deus. No dilema epistêmico, o conhecimento divino não é uma categoria exclusiva, mas é ponto de partida para o fomento da ciência. Agora, após as reflexões do pai da modernidade, é impossível esboçar qualquer teoria do conhecimento sem considerar a existência verdadeira de Deus. É por isso que no início dessa monografia foi ressaltada a distância que Descartes tem com a vertente do ceticismo, pois a consolidação da verdade acerca da existência de Deus é quem norteará qualquer tipo de conhecimento.

No decorrer da discussão, ficou óbvio que o autor não separa ciência da metafísica. Isso vai de encontro a postura do homem, isto é, a condição antropológica do indivíduo perante o conhecimento, ou seja: quando a ciência é vangloriada como unicamente verdadeira, manifesta-se com isso a índole orgulhosa do sujeito, pois é um erro. A ciência só poderá ensoberbe-se se conseguir ultrapassar além da sua finalidade, atingindo dimensões longínquas da epistemologia.

O espólio de Descartes, conservado por seus discípulos até os dias de hoje, é certeza que sem Deus não há ciência, não é possível praticá-la. Sem a metafísica, seria improvável a formulação de um sistema de saber que pudesse apreender a natureza e impulsionasse os avanços técnico-científico. O debate das ideias e sua predominância no mundo, denuncia que a verdade e os critérios que norteiam o discurso científico, devem ser buscados no Cogito, ao passo em que seja respalda a existência de Deus como eixo da questão. A preocupação do autor é tamanha à medida que foi um tema presente ao longo de todas as Meditações aqui trabalhadas.

Os critérios conquistados através da confirmação da existência de Deus é o que conduz a vida do ser pensante. Longe de estar restrita a mera comprovação da existência de um ser, o conhecimento da existência de Deus permite o entendimento de características próprias de sua essência. Quanto a essência de Deus, ela está ao alcance da razão à proporção do limite daquilo que foi dado conhecer por Deus. Isso parece com a matéria cristã da revelação, mas diferente na metafísica de Descartes, tendo em mente que essa se dá na possibilidade que Deus proporcionou ao homem de conhecer as leis que tornam o conhecimento verdadeiro. Ademais,

nada é mais pertinente para homem que possuir o conhecimento e com ele a justificativa para o porquê de conhecer, especialmente a figura de Deus.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. 5ª edição – São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- ARANHA; MARTINS. **Filosofando. Introdução à Filosofia**. São Paulo: Moderna, 2003.
- BORNHEIM, Gerd. **Introdução ao filosofar**. Porto Alegre: Editora Globo, 1970.
- CHAVES, Eduardo. **A filosofia moderna e Descartes**. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/moderna.htm> Acesso em: 24/10/2022.
- COTTINGHAM. **Dicionário Descartes**. Tradução de Helena Martins. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1993.
- DESCARTES, René. **Discurso do método; Meditações; Objeções e respostas; As paixões da alma; Cartas**. 2. Ed. São Paulo: Abril Cultural, 2000. (Coleção Os Pensadores).
- DESCARTES, René. **Meditações Metafísicas**. 3ª. edição. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2011.
- DESCARTES, René. **Meditações**. São Paulo: Editora Nova Cultura, 1996.
- DESCARTES, René. **Discurso do Método**. Porto Alegre: L&PM, 2009. (Coleção Os Pensadores)
- DESCARTES, René. **Meditações**. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Coleção Os Pensadores).
- FORLIN, Eneias. **O papel da dúvida metafísica no processo de constituição do cogito**. São Paulo: Humanitas, 2004.
- GILSON, Étienne. **Études sur le rôle de la pensée médiévale dans la formation du système cartésien**. Paris: Vrin, 2005.
- GUEROULT, Martial. **Descartes segundo a ordem das razões**. São Paulo: Discurso Editorial, 2016.
- GUENANCIA, Pierre. **Descartes**. Trad.: Lucy Magalhães. Jorge Zahar Editora. Rio de Janeiro, 1991.
- LEOPOLDO E SILVA, Franklin. **Descartes, a metafísica da modernidade**. São Paulo: Moderna, 1993.
- LÓPEZ, Jesús García. **El conocimiento de Dios en Descartes**. Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra, 1976.
- OLIVEIRA, F. P. **As diferentes formulações do princípio de causalidade nas Meditações Metafísicas e sua aplicação em contextos específicos do sistema cartesiano**. 2011.
- REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia (vol. III)**. São Paulo: Paulus, 1990.
- RODIS-LEWIS, Geneviève. **Descartes e o Racionalismo**. Trad. Jorge de Oliveira Baptista. Portugal: Ed. Rés, Porto, 1982.
- RUSSEL, Bertrand. **História da filosofia Ocidental**. 3º Ed. São Paulo. Companhia Editora Nacional. 1977.

SCRIBANO, E. **Guia para leitura das Meditações metafísicas de Descartes**. Tradução de Silvana Cobucci Leite. São Paulo: Loyola, 1997.